

00777-2008-113-03-00-8 RO

Data de Publicação: 15-10-2009
Órgão Julgador: Nona Turma
Tema: SUCESSÃO DE EMPREGADORES - EFEITO
Relator: Convocado João Bosco de Barcelos Coura
Revisor: Emília Facchini

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA. SUCESSÃO TRABALHISTA. EFEITOS. O instituto da sucessão trabalhista, tratado nos arts. 10 e 448 da CLT, não alcança a pretensão inibitória formulada no bojo da ACP, pois não se discutem direitos de natureza patrimonial dos empregados, mas a abstenção de práticas empresariais cuja continuidade pela sucessora não pode ser presumida. A pretensão tem como pressuposto a caracterização de uma conduta juridicamente reprovável em relação à ré, pessoa jurídica distinta da empresa sucedida, cuja ausência de prova não justifica exigir dela mais do que a lei já dispõe.